

DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: TEORIAS DE ENSINO E METODOLOGIAS QUE ORIENTAM A PRÁTICA DOCENTE

Carini Alves Oliveira¹
Dr. André Luiz Araújo Cunha²

RESUMO:

Este estudo tem como alvo as Diretrizes Curriculares que servem de suporte para a Educação Infantil no dia-a-dia da sala de aula no que abordam a aplicação das Teorias de ensino e das metodologias que os docentes utilizam no processo de ensino e aprendizagem para obter resultados satisfatórios na construção de diferentes saberes. Para o desenvolvimento do estudo fez-se uso de uma revisão bibliográfica de cunho descritivo, que foi pesquisado em bibliotecas virtuais. Com isso, serviram de aporte teórico as teorias de ensino do autor Lev Vigotsky, o qual apresentam conceitos e aplicações importantes sobre a infância, métodos, práticas docentes e demais atribuições para a construção de uma aprendizagem significativa para as crianças da Educação Infantil. Nesse contexto, com o objetivo de ampliar a prática docente, busquei nesse artigo investigar acerca das orientações teóricas e metodológicas presentes em obras variadas da literatura e documentos normativos da Educação Infantil. Logo, chegou-se à conclusão que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil alcançaram avanços significativos para a prática docente, em especial quanto à aplicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que busca integrar os diferentes saberes e práticas docentes e do uso de metodologias na construção do processo de ensino e aprendizagem das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Metodologias; Prática docente; Teorias de ensino.

1. INTRODUÇÃO

Trabalhar o desenvolvimento e a aprendizagem na Educação Infantil é algo considerado relativamente novo aos profissionais de educação, pois em um passado recente as pré-escolas cumpriam funções assistencialistas, atendendo necessidades básicas como as de alimentação, higiene e segurança física das crianças. Realidade que ganhou expressivo contexto com a Lei de Diretrizes Bases (LDB) nº 9394/96 que trouxe as primeiras inovações para esta modalidade de ensino, inclusive, ao citar que essa fase passaria a ser a primeira modalidade da educação básica.

Ainda em relação à LDB nº 9.394/96, tem-se que o atendimento dado à criança deu lugar às chamadas novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem, modificando-se maneira como as propostas pedagógicas que passaram a ser pensadas com novos ideais para a educação infantil e fortalecidos pela adoção de objetivos que tem como centro a criança, o cuidar e o educar. Um exemplo disso cita-se as propostas pedagógicas postas em prática na sala de aula pelos professores e conseqüentemente, a ação mediadora do professor em relação ao uso de estratégias e possibilidades que auxiliem o trabalho pedagógico dos professores e sua correlação com as várias formas de entender a criança e seu desenvolvimento.

Com base nas mudanças acontecidas desde então e o que tange à perspectiva docente para o processo de ensino e aprendizagem, este estudo debate as relações entre as teorias de aprendizagem a prática docente na Educação Infantil. Nessa perspectiva, a palavra teoria tem uma origem que aponta para uma forma de ver, de enxergar melhor aquilo que se conhece e também procura melhorar o nosso conhecimento (VEIGA-NETO, 2015).

Logo, o modo de conceber e lidar do professor com o seu trabalho é resultante de uma série de interações vivenciadas por este profissional, o que interfere e direciona sua prática. Desse modo, ao se deparar com os desafios vivenciados em seu cotidiano, muitas vezes esse professor recorre às habilidades adquiridas ao longo de sua carreira (PIETROBON, 2007). Com isso, faz-se oportuno que as teorias de aprendizagem estejam aliadas às práticas e vivências dos professores em seu dia a dia da sala de aula.

O presente artigo busca responder questões acerca das orientações teóricas e metodológicas, presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destinadas aos professores da Educação Infantil, além de compreender o desenvolvimento histórico da Educação Infantil no Brasil e identificar e analisar algumas das concepções teóricas que orientam o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil.

Partindo do pressuposto de que a Educação infantil foi por muito tempo negligenciada, conforme Mathias e Paula (2009), sendo por várias décadas baseada no assistencialismo. Somente após a Constituição de 1988 a criança passou a ser reconhecida como cidadão com direitos, onde a família e Estado passaram a ser oficialmente responsáveis por seus cuidados. Também a Lei de Diretrizes e Base da

Educação Nacional - Lei 9394/96, foi um importante documento, pois a partir de então a Educação Infantil foi integrada à Educação Básica e foi perdendo o caráter assistencial.

Com base nas leituras sobre o assunto, conhecer a história da Educação Infantil e como foi sua ascensão no Brasil, por meio das metodologias de ensino de grandes educadores é importante para compreender os desafios para os docentes dessa fase de ensino, com uso de estratégias que viabilizem o processo de ensino e aprendizagem, bem como no que possa acrescentar ao desenvolvimento integral das crianças.

2. CONCEPÇÕES SOBRE INFÂNCIA

Existem diferentes formas de ver e conceber a concepção da palavra infância, isto graças a acirrada era da globalização e do tecnicismo que ganham cada vez mais adeptos e as crianças esquecem-se de ser crianças de fato.

Na LBD/9.394/96, a reformulação do termo infância acompanha diferentes significados, ou seja, o atendimento dado às crianças foi reafirmado e com as novas concepções acerca do desenvolvimento da cognição e da linguagem, modificaram-se também a maneira como as propostas pedagógicas que passaram a ser pensadas com novos ideais para a educação infantil e fortalecidos pela adoção de objetivos que tem como centro a criança, o cuidar e o educar.

Assim, consideram-se importantes todas as formas de se ver e sentir as mudanças transcorridas ao longo dos séculos em relação à infância. Uma dessas mudanças é percebida na obra de Luciana Esmeralda Ostetto, que aborda “Arte, infância e formação de professores: Autoria e transgressão”, que foi escrita em 2004. Nas palavras de Ostetto (2004), “a infância é composta por vários aspectos e estes são marcados por momentos singulares como a arte, os movimentos e tudo mais que pode ingressar a criança no universo da arte e imaginação criadora”.

Tendo por base essa construção de novos saberes para a infância, encaixam-se ainda a aquisição de brincar por meio de regras e objetivos, retratado de forma clara na obra de Vera Lúcia Bertoni dos Santos que escreveu no ano de 2012 sobre: “Da brincadeira de fazer de conta à representação teatral”, em que aborda que o interesse da criança está ligado a sua capacidade de compreensão dos objetivos a

que a brincadeira se propõe e das regras que devem ser respeitadas, seja por meio da imitação, no teatro, nas brincadeiras de um modo em geral.

Para Santos (2012), a aquisição de novos conhecimentos acontece na infância e nas demais fases da vida como essencial para o desenvolvimento humano, pois ao adquirir novas habilidades e formas de reinventar, o homem está em uma ação contínua que está em constante aprendizado.

A referida autora faz uma correlação entre os estágios de desenvolvimento e explica a importância de cada um deles no que se refere especificamente à infância, pois é o período em que tudo tem início.

No texto *Globalização e Infâncias* de (STEARNS, 2006) mostra o retrato da infância na globalização, para entender os aspectos sociais, econômicos, culturais, étnicos e religiosos. Nesse contexto, a globalização provocou para a sociedade um olhar diferenciado quando se foca as infâncias, crianças, consumo, migração, direitos, exploração, política e etc.

A globalização, em suma, uma força real, juntando fatores de rápida mudança na infância por volta de 2000. Com isso, obteve-se uma nova concepção de infância que ocorre: “Combinando com pressões antigas em direção ao modelo moderno em alguns casos, criando influências adicionais comuns, a globalização não apagou formas de diversidades tanto antigas como novas” (STEARNS, 2006, p. 198).

Para Sarmiento (2011) a infância tem como algumas de suas características, a peculiar situação de vulnerabilidade e dependência social, econômica e jurídica dos seus membros, a ausência de direitos cívicos e políticos formais, o conjunto de concepções socialmente produzidas que têm o poder de referenciar distintivamente o que é ser criança, dentre outros aspectos.

A infância se configura baseada em uma categoria social, é construída historicamente em uma perspectiva intergeracional, isso devido ao fato de que no processo de educar uma criança, sempre estarão presentes conhecimentos, valores, crenças de duas gerações, a de quem viveu esse tempo alguns anos atrás e a de quem está vivendo no presente (DCGO, 2020). Cada criança tem seu tempo e seu ambiente. Por esse motivo não há como singularizar a infância, sendo suas experiências distintas e dependentes de situações diversas.

Quadro 1. - Quatro traços das culturas da infância que marcam uma diferença dos adultos:

Traços das culturas da infância	O que diz cada um deles
A interatividade	Refere-se ao desejo e a capacidade que as crianças possuem de se relacionarem, partilharem e aprenderem com pessoas de diferentes faixas etárias.
A ludicidade	Na infância ela aparece de forma mais intensa, por serem o brinquedo e a brincadeira suas principais fontes de recreação e compreensão do mundo.
A fantasia do real	Diz respeito ao mundo do faz de conta, a transposição que as crianças fazem de situações, fatos, relações, acontecimentos para o mundo imaginário, lhes possibilitando atribuir significações e entender diferentes papéis sociais.
A reiteração	Está relacionada à forma como a criança concebe o tempo, em perspectiva de repetição das oportunidades e possibilidades, independente do fator tempo.

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013); DC-GO (2020, p. 70).

Com base no quadro 1 percebe-se que os traços que marcam a infância deixam claro que elas fazem uso do fluxo livre, que lhes permitem brincar, interagir e fazer uso do tempo de modo diferente e descomprometido, dentre outros aspectos.

3. ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da construção da Educação Infantil passou por diversas etapas até o formato atual, sendo que esta construção aconteceu de forma gradativa e conforme alguns normativos quando o assunto são as orientações curriculares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB/ nº 9.394/96, foi o primeiro documento brasileiro no cenário da Educação Infantil a ter um olhar diferenciado em relação a essa faixa etária, conforme explicito no Art. 29 que traz: “A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

A partir da LDB, o desenvolvimento integral da criança passava a ser de fato conduzido no que já preconizavam algumas teorias de aprendizagem, pois seriam abrangidos os aspectos do desenvolvimento humano em seu caráter físico, psicológico, intelectual, social, dentre outros.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI/1998), elaborado pelo Ministério da Educação com o objetivo de auxiliar o professor de Educação Infantil no trabalho educativo no dia-a-dia em sala de aula, servindo de base para discussões, não sendo no entanto, de uso obrigatório pelos estabelecimentos educativos. Após sua criação, a referida fase do ensino passou a ser tratada em relação a quem caberia a responsabilização de ofertar e de assegurar este ensino na esfera pública, sendo assim, é importante frisar o que traz o documento quando afirma que: “educação constitui-se como uma das políticas para a Primeira Infância e tanto a sociedade civil quanto o Estado devem assumir” (BRASIL, 1998).

Interessante mencionar ainda que o RCNEI trata ainda sobre o brincar, a identidade e o meio como determinante das interações humanas. No âmbito da formação pessoal e social, o documento esclarece que o trabalho com as experiências pode favorecer a construção do sujeito, que integra o eixo de trabalho identidade e autonomia do mesmo (BRASIL, 1998).

Por outro lado, com a elaboração da Resolução nº 5/2009, a Educação infantil deixou em definitivo os antigos formatos de assistencialismo e o currículo passou a ser ensinado a partir de três eixos: cuidar, brincar e educar.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresentou como proposta para a Educação Infantil a garantia do desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade por meio de seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se (BRASIL, 2018). Para a Ed. Infantil ela traz 5 eixos estruturantes, que são os campos de experiência:

1. O eu, o outro e o nós: tem a ver com respeitar e expressar sentimento e emoções, atuar em grupo e respeitar regras de convívio social.

2. Corpo, gestos e movimentos: trabalha situações rotineiras como importantes para o cuidado com a saúde, além de propor autonomia para praticar a higiene, alimentação, vestir-se, valorizando o próprio corpo.

3. Traços, sons, cores e formas: trabalha com as crianças diferentes sons e ritmos, interação com a música de forma individual e coletiva e interações com artes visuais.

4. Escuta, fala, pensamento e imaginação: trabalha com as crianças o ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas. Trabalha a linguagem oral para expressar ideias, desejos e argumentar.

5. Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações: trabalha noções de grandeza, espaço, medidas, tempo.

No âmbito local, surge Documento Curricular para Goiás – Ampliado (DCGO) que apresenta a discussão sobre os direitos de aprendizagem na Educação Infantil como importantes para o desenvolvimento comuns a todas as crianças, independente da etnia, gênero, classe social, cultura, manifestação religiosa e local onde mora.

Assim, a contribuição do DCGO está no sentido de como a formação de conceitos pode ser entendida e desenvolvida pelos professores, considerando as características próprias das crianças em sua aprendizagem e desenvolvimento de forma integral. Além disso, o documento ainda propõe a construção de currículo integrado desde a Educação Infantil e posteriormente para as demais fases do ensino.

4. CONTRIBUIÇÃO DE VIGOTSKY PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Um dos conceitos de Vigotski que merece destaque quando se aborda o desenvolvimento e conseqüentemente a aprendizagem infantil diz respeito a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que trata da distância entre o nível de desenvolvimento real da criança, que é a capacidade que ela tem de resolver tarefas independentemente e o nível de desenvolvimento potencial, que são desempenhos possíveis com ajuda de adultos ou colegas mais avançados.

O conceito criado por Vigotski na década de 1.920 defende que as habilidades das crianças são diferentes e cada qual tem seu ritmo para avançar, por isso é tão importante a troca de experiências na sala de aula. Esse conceito nos leva a pensar que a integração de crianças em diferentes níveis de desenvolvimento passou a ser encarada como um fator determinante no processo de aprendizado. Dessa forma o professor não é a única fonte de saber na sala de aula, passando a ser um mediador decisivo, principalmente na questão de formar grupos, adotando uma estratégia diferente de acordo com as habilidades de cada aluno.

Outro importante conceito que aborda o desenvolvimento e conseqüentemente a aprendizagem, diz respeito a prontidão psicológica para a instrução escolar. Em relação ao objeto de pesquisa, segundo o autor, neste estudo a prontidão psicológica para a instrução escolar trata de um sistema único de relações e estruturas da consciência que se baseia na principal neoformação psicológica que garante modificações em todas as esferas da atividade vital da criança.

Assim, a dinâmica do desenvolvimento mental do escolar e a instrução escolar pode ser orientada pela periodização psíquica do desenvolvimento, segundo o que propõe Vigotski. Nesse contexto, a referida periodização decorre das mudanças qualitativas na relação de convivência da criança com o adulto e com seus colegas da mesma idade e também da primeira idade escolar. Importante frisar que tais alterações na relação de convivência das crianças se formam na atividade-guia do período precedente de desenvolvimento, isto é, na brincadeira (VIGOTSKI, 2021).

No contexto do problema da prontidão psicológica e pessoal para a instrução escolar é possível ampliar e enriquecer o que existe a respeito do que a criança necessita para que a atividade de estudo se constitua. Para tanto, é preciso que o professor busque diferentes estratégias para promover a aprendizagem.

Para elaborar uma didática com base na concepção histórico-cultural de Vigotski, provavelmente, uma das principais diferenças que pode haver em relação às demais didáticas é a ideia fundante dessa concepção a respeito da primazia do sentido em relação ao significado. Todavia, outros conceitos são interpretados de modo completamente diferente da ideia defendida por Vigotski, um deles é o de interiorização, que por sua vez:

É interpretado como movimento de fora para dentro, e frequentemente é compreendido no sentido famoso da definição ideal como algo “material, transplantado para a cabeça da pessoa e que se transformou dentro dela”, é muito duvidoso (VIGOTSKI, 2021, p. 1350).

A partir do que foi explanado, o aprendizado uma vez internalizado, a criança consegue aprender, porém, na prática nem sempre acontece dessa forma, pois o desenvolvimento de cada criança é diferente e acontece respeitando seu ritmo de aprendizagem e não apenas os fatores internos ou externos utilizados nesse processo.

Com base nos estudos desenvolvidos por Vigotsky (1994) é relevante observar que para entendermos o desenvolvimento da criança deve se levar conta as necessidades dela e os incentivos que são eficazes para colocá-las em ação. Por meio de suas pesquisas, o referido autor concluiu que na análise da evolução do desenvolvimento infantil devem se pautar no contexto do imaginário da criança e isto inclui deixar que a criança não perca sua essência, que brinque e aprenda novas maneiras de interagir com as brincadeiras.

Seguindo a ideia de que o aprendizado se dá por interações e o jogo lúdico, cita-se como exemplo prático o brincar de “pique e esconde” que permite, dentre outras coisas, que haja uma atuação na zona de desenvolvimento proximal do sujeito. Em outras palavras, cria-se condições para que determinados conhecimentos e/ou valores sejam consolidados ao exercitar no plano imaginativo capacidades de imaginar situações, representar papéis, seguir regras de conduta de sua cultura etc.

Além disso, com base na Teoria de Vigotsky, uma atividade que que auxilia no desenvolvimento integral da criança é a imitativa que geralmente é associada a um processo puramente mecânico, de cópia e repetição. Nesse caso, uma brincadeira legal para ser realizada é a mímica, pois as crianças fazem uso de gestos com o uso do corpo.

O despertar da criança no envolvimento com a leitura, nos remete aos conceitos defendidos pela perspectiva Vygotskyana, na medida em que a relação entre adultos e criança provoca estímulos e estes contribuem para o desenvolvimento intelectual, psíquico e social, que se relacionam com a fala oral e escrito.

Conforme Vygotsky, não se pode imaginar o aprimoramento do raciocínio lógico-matemático sem o desenvolvimento da organização e da conexão dos pensamentos, o desenvolvimento forma-se na progressiva tomada de consciência dos conceitos e das operações do próprio pensamento: “Tomar consciência de alguma operação significa transferi-la do plano da ação para o plano da linguagem, isto é, recriá-la na imaginação para que seja possível exprimi-la na imaginação para que seja possível exprimi-la em palavras” (VYGOTSTY, 2000, p. 275)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no tema desenvolvido fez-se alguns levantamentos sobre a história da infância em diferentes épocas e constatou-se que houve mudanças do termo ao longo dos anos, em especial na última década, em que se vive o modismo e a era da tecnologia de forma acirrada e os conceitos do termo abordado também ganharam concepções expressivas.

A partir da pesquisa bibliográfica, pontua-se que o trabalho permitiu entender como a educação infantil em face das diferentes teorias de aprendizagem refletem em metodologias diferentes na prática docente. Com isso, o professor deve planejar aulas

embasadas em diretrizes curriculares que norteiam o processo de ensino e aprendizagem como a BNCC.

Desse modo, os objetivos traçados para estudo foram alcançados dentro do esperado para o objeto de estudo discorrido e compreendeu-se a importância do uso de metodologias ativas para garantir os direitos de aprendizagem engajado aos campos de experiência que são pautados como essenciais na construção de diferentes saberes no contexto da Educação Infantil.

Diante do exposto, concluiu-se que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil alcançaram avanços significativos para a prática docente, em especial quanto à aplicação da BNCC que busca integrar os diferentes saberes e práticas docentes e do uso de metodologias na construção do processo de ensino e aprendizagem das crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**, Brasília, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da educação – Conselho Nacional de Educação - **Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. – p. 1.465 (2018). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: dez. de 2021.

BRASIL. **Documento Curricular para GOIÁS – Ampliado**. (2020). Disponível em: <https://avaundimego.com/wp-content/uploads/2020/05/DC-GO-Ampliado-Vol-I-1-1.pdf>. Acesso em nov. de 2021.

CAMARGO MAIA, Carmen Aparecida Cardoso; CAMARGO FERREIRA, Marcio Antonio; SOUZA; Virginia de Oliveira. **Educação Infantil e o Ensino Fundamental: a relação entre o docente e as teorias sobre o desenvolvimento humano**. v. 15, nº 4, p. 1335 a 1350. Passos/MG. 2018.

NEUENFELDT, Adriano Edo; NEUENFELDT, Derli Juliano; NEGRÃO, Manoel Maria Silva. **Tecnologias digitais na educação infantil e anos iniciais: estratégias de ensino**. Dialogia, São Paulo, n. 40, p. 1-18, e20639, jan./abr. 2022.

OLIVEIRA, Nedia Maria; MARINHO, Simão Pedro Pinto. **Tecnologias digitais na educação infantil: representações sociais de professora**. RIAEE – Revista Ibero-

Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 15, n. 4, p. 2094-2114, out./dez. 2020

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Arte, infância e formação de professores: Autoria e transgressão**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004. - p. 11 – 39, 2004.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Cultura e Sociologia da Infância**. Especial Revista Educação. Editora Segmento. ISSN 1415-5486 p.14-27, 2013.

STEARNS, Peter Nathaniel. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.

VIGOTSKI Lev Semionovitch. **Psicologia, educação e desenvolvimento: escritos de L. S Vigosthi**. Tradução e organização Zoia prestes; Elizabeth Tunes. - 1ª ed. - Expressão Popular, p. 26-44, São Paulo, 2021.